

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

GABRIELA SILVA MELO

A RELATIVIZACAO DA COISA JULGADA NA AÇÃO  
DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

BRASÍLIA

2015

GABRIELA SILVA MELO

A RELATIVIZACAO DA COISA JULGADA NA AÇÃO  
DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do  
Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências  
Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília –  
UnICEUB.

Orientador: Professor Júlio César Lérias Ribeiro

BRASÍLIA

2015

GABRIELA SILVA MELO

# A RELATIVIZACAO DA COISA JULGADA NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do  
Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências  
Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília –  
UniCEUB.

Orientador: Professor Julio César Lérias Ribeiro

Brasília – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Banca Examinadora:

---

Professor Júlio C. Lérias Ribeiro

---

Professor Examinador

---

Professor Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus e Nossa Senhora Aparecida, por toda a minha trajetória acadêmica, pelas inúmeras graças alcançadas. Sem Eles, nada seria possível.*

*À minha família, em especial meus pais, pelo amor incondicional, apoio, orientação e por sempre acreditarem em mim.*

*Aos amigos que adquiri na faculdade, Danielle, Thabata e Maria Gabriela, nas quais me ajudaram a superar os desafios e quero levá-las comigo para toda a vida.*

*Ao orientador Júlio Lérias, por toda a dedicação, paciência, carinho e tempo dispensado na orientação e correção deste trabalho.*

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o esclarecimento do tratamento que é dado à teoria da relativização da coisa julgada, mais notadamente nas ações de investigação de paternidade que transitaram em julgado sem a efetuação do exame de DNA. É através da procura pela verídica origem biológica, dos direitos fundamentais e a concretização do direito à filiação, que se existe a viabilidade de relativização do instituto citado acima. E a evolução da ciência tem causado grande comutação nas relações sociais e também no Direito em si. As coisas que no passado eram solucionadas pelos juízes por meio de indícios e suposições, hoje em dia podem ser resolvidas por exames periciais complexos e exatos solucionando os conflitos. Dessa maneira, este trabalho tem como principal problema a possibilidade de utilização do exame de DNA, que é uma prova absoluta, para solução de processos que não foram definidos em virtude da deficiência de prova para conceder a paternidade.

Palavras chave: Investigação de Paternidade. Relativização da coisa Julgada. Exame de DNA.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. DIREITO FUNDAMENTAL, A FILIAÇÃO E A COISA JULGADA NA DOUTRINA CONTEMPORÂNEA.....	10
1.1 Diretos fundamentais.....	10
1.2 Filiação .....	14
1.3 Coisa Julgada .....	18
2. A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	25
2.1 Ação de Investigação de paternidade e o Exame de DNA como prova absoluta de paternidade. ....	25
2.2 A Relativização da Coisa Julgada.....	29
2.3 Limites da relativização da coisa julgada .....	33
3. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DA RELATIVIZAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO DA COISA JULGADA.....	40
3.1 Entendimento jurisprudencial favorável à relativização da coisa julgada	40
3.2 Entendimento desfavorável à possibilidade de relativização .....	46
CONCLUSÃO .....	53
REFERÊNCIAS.....	55

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a estudar a possibilidade de relativização da coisa julgada nas ações de investigação de paternidade. Há tempos essa questão vem ganhando destaque no âmbito doutrinário e jurisprudencial, dada a sua importância social, uma vez que pretende conceder a oportunidade de se perquirir a real origem biológica e, para tanto, os aspectos formais processuais estão sendo cada vez mais mitigados.

Levando em consideração que comparado com o exame de DNA, as provas testemunhais, documentais e presunções legais são excessivamente frágeis, surge a necessidade de se mitigar o instituto da coisa julgada derivada notadamente de ações nas quais a insuficiência de provas não foi capaz de confirmar a paternidade.

Sendo assim, com o avanço da ciência e o surgimento do exame de DNA, tem-se um resultado de quase 100% de confiabilidade em se tratando do teste de paternidade. Diante dessa realidade, o Direito de Família viu a necessidade de se atualizar e adaptar, tendo em vista que o referido exame contribui de forma substancial na busca da verdade real nas ações de investigação de paternidade.

No que pertine ao tema, há uma dicotomia, vez que existem duas correntes doutrinárias divergentes. A corrente minoritária, em desfavor à possibilidade de relativização, sustenta que quando a coisa julgada é mitigada, há o surgimento de insegurança jurídica e a perpetuação dos litígios e, por isso, o instituto da coisa julgada deve prevalecer. Já a corrente majoritária admite a relativização da coisa julgada nas ações de investigação de paternidade, pois entendem que a legítima origem biológica é o que deve prevalecer, vez que se trata de um direito constitucional, prestigiando o princípio da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, o exame de DNA pode conferir maior certeza quanto a paternidade, fazendo-se necessário, portanto, a mitigação da coisa julgada.

A presente monografia foi elaborada com base em pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais pertinentes ao assunto que será tratado, demonstrando os principais instrumentos legais e as razões que respaldam o posicionamento que possibilita a relativização da coisa julgada nas ações investigatórias de paternidade.

Por conseguinte, no primeiro capítulo serão abordados os direitos fundamentais da pessoa humana. Será tratado, ainda, a evolução do reconhecimento dos filhos até os dias atuais, evidenciando a magnitude do direito à filiação e também o instituto da coisa julgada, demonstrando a proteção adquirida pelo ordenamento jurídico, expondo as diferenças da coisa julgada material e formal, assim como seus limites.

A presente monografia foi feita com base em pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais pertinente ao assunto que será tratado, demonstrando os principais instrumentos legais e as razões que respaldam o posicionamento que possibilita a relativização da coisa julgada nas ações investigatórias de paternidade.

Por conseguinte, no primeiro capítulo serão abordados os direitos fundamentais da pessoa humana. Será tratado, ainda, a evolução do reconhecimento dos filhos até os dias atuais, evidenciando a magnitude do direito à filiação e também o instituto da coisa julgada, demonstrando a proteção adquirida pelo ordenamento jurídico, expondo as diferenças da coisa julgada material e formal, assim como seus limites.

O segundo capítulo, versará das provas utilizadas nas ações de investigação e a relevância do exame de DNA em tais litígios. Demonstrar-se-á a vulnerabilidade dessas provas apresentas e a força comprovadora do exame de DNA. No final desse capítulo, será analisado os limites da relativização do instituto da coisa julgada, analisando-se o artigo 469, do Código de Processo Civil.

Por fim, o terceiro capítulo abordará a respeito do posicionamento dos Tribunais Superiores especificamente em relação ao objeto do presente estudo, qual seja, a possibilidade de relativização da coisa julgada na investigação de paternidade.

Para elaboração do presente trabalho foram utilizadas pesquisas documentais e bibliográficas, tendo como principal base a legislação e doutrina.



## 1. DIREITO FUNDAMENTAL, A FILIAÇÃO E A COISA JULGADA NA DOUTRINA CONTEMPORÂNEA.

Neste capítulo serão abordados os direitos fundamentais da pessoa humana. Será tratado, ainda, a evolução do reconhecimento dos filhos até os dias atuais, evidenciando a magnitude do direito à filiação e também o instituto da coisa julgada, demonstrando a proteção adquirida pelo ordenamento jurídico, expondo as diferenças da coisa julgada material e formal, assim como seus limites.

### 1.1 Diretos fundamentais

O direito fundamental são aqueles direitos do ser humano que são reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de um determinado Estado. São dentre outros, aqueles direitos descritos no art. 5º da Constituição Federal de 1988.<sup>1</sup>

Direitos fundamentais são constituído no Estado de Direito. Visam a garantir a esfera de liberdade do particular à vista da intervenção do poder público,

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 12 set. 2014.

têm intenção de implantar uma ordem de valores à conservação da dignidade da pessoa humana ao entendê-la como principal suporte de um Estado Democrático.<sup>2</sup>

São considerados fundamentais esses direitos porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Todos os seres humanos devem ter asseguradas, desde o nascimento, as condições mínimas necessárias para se tornarem úteis à humanidade, como também devem ter possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Esse conjunto de condições e de possibilidades associa às características naturais dos seres humanos, a capacidade natural de cada pessoa e os meios de que a pessoa pode valer-se como resultado da organização social.<sup>3</sup>

O ser humano deve encontrar no Poder Judiciário a tutela aos seus direitos fundamentais. Por isso, vale citar a doutrina de Cristiane Vieira de Mello e Silva:

Nos termos do inciso XXXV do art. 5º da CF/88, compete ao Poder Judiciário garantir e efetivar o pleno respeito aos Direitos fundamentais, sem que possa à lei excluir a apreciação qualquer lesão ou ameaça de direito. O poder judiciário é um dos três poderes, consagrado como autônomo e independente, de importância fundamental para o Estado de Direito na medida em que atua como guardião da lei e da ordem e apresenta definitividade em suas manifestações.<sup>4</sup>

Os direitos fundamentais têm como principal característica: universalidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, vedação ao retrocesso, efetividade, inviolabilidade e aplicabilidade imediata.

Universalidade está vinculada ao princípio da liberdade, tendo como sujeito ativo todas as pessoas. Segundo o doutrinador Manoel Gonçalves Ferreira: “a ideia de se estabelecer por escrito um rol de direitos em favor de indivíduos, de

---

<sup>2</sup> PEIXINHO, Manoel Messias. Temas de constitucionalismo e Democracia – teoria democrática dos direitos fundamentais, p. 119.

<sup>3</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu, Direitos humanos e cidadania, p. 12.

<sup>4</sup> SILVA, Cristiane de Mello e. Direitos humanos – proteção e promoção, p. 79.

direitos que seriam superiores ao próprio poder que os concedeu ou reconheceu, não é nova.”<sup>5</sup>

Imprescritibilidade, pois os direitos fundamentais não prescrevem, não se perdem no tempo. Para José Afonso da Silva:

(...) prescrição é um instituto jurídico que somente atinge coarctando, a exigibilidade dos direitos de caráter patrimonial, não a exigibilidade dos direitos personalíssimos, ainda que não individualistas, como é o caso. Se são sempre exercíveis e exercidos, não há intercorrência temporal de não exercício que fundamente a perda da exigibilidade pela prescrição.<sup>6</sup>

Os direitos fundamentais não foram criados de uma vez só, foi uma evolução durante o tempo. Foi criado no cristianismo, passou pelas revoluções até os dias de hoje. Segundo Norberto Bobbio por mais fundamentais que sejam os direitos dos seres humanos, são direitos históricos, isto é, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.<sup>7</sup>

Os direitos fundamentais não podem ser renunciados pelo seu titular tendo assim a irrenunciabilidade. E a inalienabilidade, pois consiste na impossibilidade de transferir para outra pessoa os direitos fundamentais.

O direito uma vez estabelecido, não pode retroceder. Nunca podem ser diminuídos ou reduzidos, sendo vedado o retrocesso. José Joaquim Gomes Canotilho diz: “O princípio da proibição do retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas.”<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup>FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de direito constitucional. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

<sup>6</sup>SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 9 ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 1992.

<sup>7</sup>BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos, pp. 5-19. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

<sup>88</sup>CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e Teoria da Constituição. 2 ed. rev. Coimbra: Livraria Almeida, 1998.

O Estado virando o agente garantidor das políticas sociais, tem que garantir o máximo de efetivação dos direitos fundamentais. Bernardo Gonçalves Fernandes fala que:

Em termos teóricos temos que o Poder Público em suas ações deve sempre se voltar para o cumprimento dos direitos fundamentais. Todavia, aqui cabe pontuar que uma vez assumindo uma ou outra teoria sobre os direitos fundamentais, as consequências práticas serão radicalmente opostas: na perspectiva liberal, por serem os direitos fundamentais direitos subjetivos de todos os indivíduos de uma sociedade que se reconhece livre e igual, devem ser efetivados na mesma medida para todos, sem exceção.<sup>9</sup>

Os direitos fundamentais não poderão ser violados por atos administrativos de agente do poder público e nem por leis infraconstitucionais. Eles sempre devem ser interpretados em conjunto, não existe hierarquia entre eles. E pode ser exercido acumuladamente por uma mesma pessoa.

Conforme dispõe o artigo 5º, §1º da Constituição Federal “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.<sup>10</sup> Sendo assim, os direitos fundamentais tem que ter aplicação imediata.

<sup>9</sup>FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Lúmen Júris Editora. Rio de Janeiro. 2012. p.252.

<sup>10</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;  
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;  
III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;  
IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;  
[...]

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. Disponível em:

## 1.2 Filiação

Direito de família é o conjunto de princípios e normas de Direito Público e Direito Privado destinado a regular as relações decorrentes da união ou de parentesco entre pessoas. Ainda que a principal fonte do Direito de Família seja o Código Civil, não se pode esquecer que esse ramo do Direito também inclui normas existentes em diversos outros diplomas legais, considerados legislação extravagante como, por exemplo, a Lei n. 5.478/68 (Lei de Alimentos), a Lei n. 6.515/77 (Lei do Divórcio), a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e da Adolescente), a Lei n. 8.560/92 (Investigação de Paternidade), a Lei n. 9.263/96 (Planejamento Familiar) e a Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), além de outras. Quanto ao objetivo do Direito de Família, consiste este em tutelar o grupo familiar no interesse do Estado, conforme se deduz do art. 226 da Constituição Federal: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”<sup>11</sup>

Os princípios diferentemente das leis não costumam estar positivados. No entanto, são sempre os norteadores da interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Sobre as regras legais, têm princípios que agregam as exigências de valores éticos e justiça que compõe o suporte axiológico, conferindo coerência interna e estrutura harmônica a todo o sistema jurídico.<sup>12</sup>

Têm princípios gerais que são aplicados em todos os ramos do direito, como por exemplo o princípio da dignidade, da igualdade, da liberdade, e também os princípios das proibições de retrocesso social e da proteção integral a crianças e adolescentes<sup>13</sup>.

---

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 out. 2014

<sup>11</sup> LUZ, Valdemar P. da. *Manual de Direito de Família*, Manole, 2009, p.5

<sup>12</sup> PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 60.

<sup>13</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*, 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 64.

O mais importante é o princípio da dignidade humana, sendo certificado já no art. 1º da Constituição Federal<sup>14</sup>. No dizer de Daniel Sarmento, representa o epicentro axiológico da ordem constitucional, irradiando efeitos sobre todo o ordenamento jurídico e balizando não apenas os atos estatais, mas toda a miríade de relações privadas que se desenvolvem no seio da sociedade.<sup>15</sup>

Para o doutrinador Paulo Lôbo filiação é:

Conceito relacional: é a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada mediante posse de estado de filiação ou por concepção derivada de inseminação artificial heteróloga. Quando a relação é considerada em face do pai, chama-se paternidade, quando em face da mãe, maternidade. Filiação procede do latim filiatio, que significa procedência, laço de parentesco dos filhos com os pais, dependência, enlace.<sup>16</sup>

A filiação é um fato jurídico, implicando vários efeitos, pois dela decorrem os direitos protetivos da família, poder familiar e direitos protetivos da família.

Na definição de Carlos Roberto Gonçalves filiação se define como:

A relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha, que liga uma pessoa àquelas que a geraram. Todas as regras sobre parentesco consanguíneo estruturam-se a partir da noção de filiação. A Constituição de 1988 (art. 227, § 6º) estabeleceu absoluta igualdade entre todos os filhos, não admitindo mais a retrógrada distinção entre filiação legítima ou ilegítima, segundo os pais fossem casados ou não, e adotiva, que existia no Código

<sup>14</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 out. 2014

<sup>15</sup> SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 58.

<sup>16</sup> LÔBO, Paulo. *Famílias*, 4.ed.São Paulo: Saraiva, 2011, p. 216.

Civil de 1916. Hoje, todos são apenas filhos, uns havidos fora do casamento, outros em sua constância, mas com iguais direitos e qualificações.<sup>17</sup>

O princípio da dignidade humana significa igual dignidade para todas as entidade familiares. Então é indigno dar tratamento diferenciado as várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família.<sup>18</sup>

Antes, a filiação só era protegida em lei quando o filho era fruto do matrimônio. Com as mudanças feitas nas relações familiares pela Constituição e pelas jurisprudências dos tribunais esse conceito de filiação mudou.

Conforme dispõe o art. 1.596 do Código Civil, os filhos originariamente biológicos ou não biológico têm os direitos e qualificações idênticas, sendo vedada qualquer tipo de discriminação, é a igualdade de direitos e as obrigações dos cônjuges, sendo das mais relevantes alterações ocorridas no direito de família no Brasil, após o ano de 1988.<sup>19</sup>

A filiação é comprovada através da certidão do registro de nascimento. Basta a declaração para o oficial responsável pelo registro publico, não exigindo a prova originariamente genética. Essa norma legal é conclusiva, no entanto, não é exclusiva e nem definitiva, pois é admitido se provar por meio da posse do estado de filiação e também é admitido a invalidação.<sup>20</sup>

O reconhecimento pode ser feito de duas formas: voluntário ou judicial. Envolvia o assunto um dos aspectos de maior relevância antes do advento da Constituição de 1988, e que muito de seu interesse a partir do momento em que foram abertas as portas para o registro a qualquer tempo dos filhos havidos fora do casamento, pois nenhum óbice mais continua a existir desde então.<sup>21</sup>

O reconhecimento voluntário está previsto no art. 1.609 do Código Civil:

Art. 1609 - O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

---

<sup>17</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Sinopses Jurídicas: Direito de Família*.v. 2. Saraiva,2003, p. 86.

<sup>18</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. de apud DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*, 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 64

<sup>19</sup> LÔBO, Paulo, *Direito Civil – Famílias*, 4 ed., Saraiva, 2011, p. 217.

<sup>20</sup> LÔBO, Paulo, *Direito Civil – Famílias*, 4 ed., Saraiva, 2011, p. 232.

<sup>21</sup> RIZZARDO, Arnaldo. *Direitode Família*.8 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 365.

- I – no registro do nascimento;
- II – por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;
- III – por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;
- IV - por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém. Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.<sup>22</sup>

O reconhecimento pode ser feito em qualquer momento. Depois do reconhecimento da paternidade é estabelecido o estado de filho afetivo, dando assim, direitos ao filho, conseqüentemente gerando efeitos no campo jurídico. O reconhecimento voluntário é um ato livre, irrevogável e irretratável.

Segundo Arnaldo Rizzardo reconhecimento voluntário é quando o reconhecimento é feito por meio de uma declaração da paternidade ou então a maternidade, em razão do filho tido fora do casamento, em que cujo o registro se dá pela filiação de apenas um dos pais ou por ambos os pais. No ato registratório, simplesmente não foi contra o registro. Esse reconhecimento é um ato de vontade.<sup>23</sup>

Diferentemente do reconhecimento voluntário, o reconhecimento judicial se dá através de uma ação de investigação de maternidade ou paternidade. O filho poderá requerer o reconhecimento judicial, que seja sentenciada pelo juiz através desta ação. No entanto, independente do reconhecimento seja dado por sentença ou um ato voluntário, os direitos assegurados são iguais para ambos os casos.<sup>24</sup>

Previsto no art. 1.616 do Código Civil:

Art. 1.616. A sentença que julgar procedente a ação de investigação produzirá os mesmos efeitos do reconhecimento; mas poderá ordenar que o

---

<sup>22</sup> BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Art. 1609. BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm)>. Acesso em: 29 de set. 2014

<sup>23</sup> RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. 8 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 367.

<sup>24</sup> RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. 8 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 378.



filho se crie e eduque fora da companhia dos pais ou daquele que lhe contestou essa qualidade.<sup>25</sup>

Segundo Carlos Alberto Gonçalves se o filho não for reconhecido voluntariamente, ele poderá obter o reconhecimento através da justiça, forçado ou coativamente, por meio dação de paternidade, que é uma ação de estado com natureza imprescritível e declaratória.<sup>26</sup>

Não cabe à mãe ajuizar essa ação. O filho tem legitimidade ativa, é uma ação privativa do filho. Caso seja menor, ele será representado pela mãe e acompanhado de um advogado. Conforme dispõe o art. 1.606 diz “a ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz.”<sup>27</sup>

### 1.3 Coisa Julgada

Quando é proferida a sentença, sendo ela definitiva ou terminativa, há a possibilidade de interposição de recurso, para que seja reexaminado a decisão.

Conforme o art. 46, do Código de Processo Civil, “denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário”.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Art. 1609. BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 29 de set. 2014

<sup>26</sup> GONÇALVES, Carlos Alberto, *Direito Civil*. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 305.

<sup>27</sup> SANTOS, João Manoel de Carvalho. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. 9 ed. Rio de Janeiro: Coimbra, 1963, p. 491.

<sup>28</sup> BRASIL. Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973.

Art. 46. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

- I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;
- II - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;
- III - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;
- IV - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

Parágrafo único. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação

É o instituto que tem como objetivo conferir segurança jurídica às decisões judiciais que não serão mais sujeitas a recursos, através de sua indiscutibilidade e imutabilidade.

Conforme dispõe o artigo 6º, § 3º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é “a decisão judicial de que já não caiba recurso.”<sup>29</sup>

Para Candido Rangel Dinamarco coisa julgada se define da seguinte forma:

Em direito processual, coisa julgada é imutabilidade da sentença e de seus efeitos. Ela só ocorre depois que a sentença se torna irrecorrível porque, no momento em que é proferida, ela própria e seus efeitos ainda mera proposta de solução do litígio (sentenças de mérito), ou simplesmente proposta de solução do litígio do processo (terminativas); nesse primeiro momento ainda é possível a substituição da sentença e a alteração do teor do julgamento, em caso de recurso interposto pela parte vencida (CPC, art. 512). Uma decisão judiciária só se torna imune a qualquer questionamento futuro quando já não comportar recurso (CPC, art. 467), embora em alguma medida a lei a libere para produzir seus efeitos, ou alguns deles, antes que isso aconteça: é prudente condicionar em tese a eficácia da sentença à sua imutabilidade mas essa correspondência não é necessária nem constante porque há também razões para liberar a primeira, em alguns casos, antes que ocorra a segunda (execução provisória – supra, nn. 896-899).<sup>30</sup>

Segundo Marcus Flávio Horta Caldeira quando ocorrer o trânsito em julgada da sentença, quer seja por aquele decurso um albis do prazo recursal, quer seja por aquele pela exaustão dos recursos cabíveis, ou então seja somente pela inexistência de recurso cabível, cria-se a coisa julgada formal que torna no processo imutável a sentença. Se tratar-se de sentença de mérito proferida em processo

---

interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm)> Acesso em: 20 dez de 2015.

<sup>29</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 4.657 de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

<sup>30</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual Civil*. v. III. 6. ed. Malheiros, 2009, p. 300-301.

contencioso, concomitantemente com a coisa julgada formal é gerada a coisa julgada material, que fala sobre imutabilidade.<sup>31</sup>

Por ser um elemento que imuniza os efeitos que é projetado para fora do processo pela sentença, esses efeitos são estabilizados, bloqueando o novo questionamento após a estabilidade definitiva através da sentença que não cabem mais recurso.<sup>32</sup>

A coisa julgada pode ser classificada de duas formas: a formal e a material. Quando o processo foi extinto sem análise do mérito é coisa julgada formal.

A coisa julgada formal acontece a partir da imutabilidade da sentença inserida no processo em que foi proferida pela não possibilidade de interpor recursos, seja porque a lei não os autorizem, seja porque foi esgotado o prazo determinado pela lei sem interposição pelo vencido, ou seja porque o recorrente tenha resignado do recurso interposto ou então renunciou à sua interposição.<sup>33</sup>

Esclarece Fredie Júnior Didier:

A coisa julgada material é a indiscutibilidade da decisão judicial no processo em que foi produzida e em qualquer outro, imutabilidade que se opera dentro e fora do processo. A decisão judicial (em seu dispositivo) cristaliza-se, tornando-se inalterável. Trata-se de fenômeno com eficácia endo e extraprocessual.<sup>34</sup>

Porém, a mais importante é a coisa julgada material, pois “a coisa julgada material é a coisa julgada por excelência”<sup>35</sup>, é mais abrangente comparando com a

---

<sup>31</sup> CALDEIRA, Marcus Flávio Horta. *Coisa julgada e Crítica à sua “relativização”*. Brasília: Thesaurus, 2012, p.44.

<sup>32</sup>Relativizar a coisa julgada material, Candido Rangel Dinamarco, In Carlos Valder do Nascimento (Org.). *Coisa julgada inconstitucional*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. p. 33-34.

<sup>33</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Teoria do direito processual civil e processo de conhecimento*. 44 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 570.

<sup>34</sup>DIDIER, Fredie Jr; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*. v. 2. Salvador: Podivm, 2007, p. 478.

<sup>35</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso Avançado de Processo Civil*.v. 1, 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 550.

coisa julgada formal e na estabilidade das relações jurídicas é repercutida de forma mais incisiva.<sup>36</sup>

São três os efeitos da coisa julgada, classificando-os em positivo, negativo e preclusivo.

A eficácia positiva é opcional a vinculação do juízo futuro para aquela que já foi examinada e que o conflito já foi liquidado, tem como objetivo projetar ou estender os efeitos da sentença indefinidamente para o futuro.<sup>37</sup>

O efeito positivo da coisa julgada gera, portanto, a vinculação do julgador de outra causa ao quanto decidido na causa em que a coisa julgada foi produzida. O juiz fica adstrito ao que foi decidido em outro processo. São casos em que a coisa julgada tem de ser levada em consideração pelos órgãos jurisdicionais.<sup>38</sup>

A eficácia negativa é a virtude de impedir que haja um novo julgamento sobre a mesma lide. Mesmo que seja contrário ou a favor. Para Antônio Carlos de Araújo Cintra, “em sua função negativa, a coisa julgada impede que se volte a discutir, em processo ulterior, a lide que já foi objeto de julgamento (bis de eademrenesitactio). Esse óbice pode e deve ser declarado de ofício, na medida em que o juiz tenha conhecimento da coisa julgada formada sobre a mesma lide (CPC, art. 301, VI, § 4º), competindo ao réu alega-lo, em contestação, antes de discutir o mérito. A verificação da ocorrência da coisa julgada conduz à extinção do processo sem julgamento do mérito.”<sup>39</sup>

E a eficácia preclusiva está prevista no artigo 474 do Código de Processo Civil: passado em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao colhimento como à rejeição do pedido.<sup>40</sup>

---

<sup>36</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso Avançado de Processo Civil*. v. 1, 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 550.

<sup>37</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. *O dogma da coisa julgada: hipóteses de relativização*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 21.

<sup>38</sup> *Ibidem* p. 493.

<sup>39</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2000, v. IV, p. 294-295.

<sup>40</sup> BRASIL. Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Art. 474. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869compilada.htm)> Acesso em: 20 dez de 2015.

Segundo Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, “para proteger a declaração transitada em julgado, todo o material relacionado com o primeiro julgamento fica precluso, inviabilizando sua reapreciação judicial em ação subsequente.”<sup>41</sup>

Já ultrapassada a diferença entre coisa julgada formal e material, faz-se necessário expor os limites possíveis para a relativização da imunização desta última. Para tanto, inicialmente, vale tecer ponderações em relação aos limites objetivos da coisa julgada material.

A doutrina majoritária costuma dividir os limites da coisa julgada material entre limites objetivos e limites subjetivos.

Com relação ao primeiro, o Código de Processo Civil, mais precisamente em seu artigo 469, assim dispõe:

Art. 469. Não fazem coisa julgada:

I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;

II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;

III - a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.

Estabelecendo uma regra por meio de interpretação a *contrario sensu* dos três incisos do dispositivo antes mencionado, Cândido Dinamarco assevera que “somente o preceito concreto contido na parte dispositiva das sentenças de mérito fica protegido pela autoridade da coisa julgada material (...)”.<sup>42</sup>

Com efeito, considerando-se os limites objetivos da coisa julgada como aquilo que se submete aos seus efeitos, vê-se que as soluções das questões aventadas na fundamentação, inclusive a análise de provas, não se torna imutável pela coisa julgada, vez que se trata de incidentes processuais.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup>MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil*. 7. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 2., p. 658.

<sup>42</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 318.

<sup>43</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014, p. 427.

Ademais, extrai-se do artigo 469 do Código de Processo Civil que a sentença tem força de lei entre as partes nos limites em que a lide foi decidida, ou seja, tudo aquilo que foi levado a juízo por meio do pedido da parte. Assim, torna-se claro da leitura do dispositivo legal indicado que o manto da coisa julgada somente recai sobre a parte da decisão que julga a questão posta a análise, ou seja, a parte dispositiva.<sup>44</sup>

Logo, conclui-se que a sentença somente faz coisa julgada sobre o pedido das partes e só se circunscreve aos limites da lide e das questões decididas.<sup>45</sup>

No que se refere aos limites subjetivos, vale dizer que se trata de quem se submete à coisa julgada material.

Nesse sentido, considera-se que a coisa julgada pode se operar *inter partes*, *ultra partes* ou *erga omnes*.<sup>46</sup>

Em relação à coisa julgada *inter partes*, ressalta-se que é aquela que somente se impõe em face das partes que integraram a lide, ou seja, faz com que a decisão transitada em julgado exerça sua força exclusivamente aos que figuraram no processo.<sup>47</sup> Com efeito, este limite encontra-se retratado na primeira parte do artigo 472 do CPC.<sup>48</sup>

Esse limite se dá essencialmente por duas razões. A uma porque se refere à garantia constitucional do exercício do contraditório, sendo que aquele alheio à lide não poderia exercê-lo. A duas, porque diz respeito sobre as regras processuais de legitimidade para a causa, ou seja, consiste no desinteresse dos terceiros pelo resultado do processo, vez que aquilo decidido não lhes afeta de forma direta a esfera de direitos e obrigações. Assim, a esta infinidade de pessoas

---

<sup>44</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 427.

<sup>45</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Comentários ao novo código civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 604.

<sup>46</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014, p. 429.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 429.

<sup>48</sup> BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm)> Acesso em: 20 dez de 2015.

não seria dado rediscutir os efeitos de sentença dada em relação às partes do processo.<sup>49</sup>

Todavia, inobstante o limite *inter partes* ser a regra geral consagrada no Código de Processo Civil, não é certo dizer que a coisa julgada somente possui eficácia entre as partes que figuraram no processo.

Isso porque pode ocorrer de terceiros serem afetados de forma indireta. É o que ocorre com a chamada coisa julgada *ultra partes*. Esta é aquela que atinge além das partes do processo, como também determinados terceiros. Tome-se como exemplo casos de substituição processual em que o substituído, em que pese não ter figurado no processo, sofrerá os efeitos da coisa julgada em sua esfera de direitos.<sup>50</sup>

Cumprе ressaltar a existência de coisa julgada *ultra partes* em relação às ações coletivas, porquanto nestas o que se decide não atinge somente as partes integrantes da lide com, também, aqueles pertencentes à mesma categoria, grupo ou classe como previsto, por exemplo, no artigo 103, II, do Código de Defesa do Consumidor.<sup>51</sup>

Por fim, destaca-se a existência da coisa julgada *erga omnes* sendo esta aquela que atinge todos da sociedade como, por exemplo, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 323.

<sup>50</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014, p. 430.

<sup>51</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Comentários ao novo código civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 618.

<sup>52</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2014, p. 432.

## **2. A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO**

Este capítulo versará das provas utilizadas nas ações de investigação e a relevância do exame de DNA em tais litígios. Demonstrar-se-á a vulnerabilidade dessas provas apresentadas e a força comprovadora do exame de DNA. No final desse capítulo, será analisado os limites da relativização do instituto da coisa julgada, analisando-se o artigo 469, do Código de Processo Civil.

### **2.1 Ação de Investigação de paternidade e o Exame de DNA como prova absoluta de paternidade.**

Segundo Valdemar P. da Luz direito de família é o conjunto de princípios e normas de Direito Público e Direito Privado destinado a regular as relações decorrentes da união ou de parentesco entre pessoas. Ainda que a principal fonte do Direito de Família seja o Código Civil, não poderá se esquecer que esse ramo do Direito também inclui normas existentes em diversos outros diplomas legais, considerados legislação extravagante como, por exemplo, a Lei n. 5,478/68 (Lei de Alimentos), a Lei n. 6,515/77 (Lei do Divórcio), a Lei n. 8,069/90 (Estatuto da Criança e da Adolescente), a Lei n. 8,560/92 (Investigação de Paternidade), a Lei n. 9.263/96 (Planejamento Familiar) e a Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), além de outras. Quanto ao objetivo do Direito de Família, consiste este em tutelar o grupo familiar no interesse do Estado, conforme se deduz do art. 226 da Constituição Federal: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”<sup>53</sup>

Toda criança quando nasce, tem o direito de receber o nome do pai e da mãe. E com isso tem o direito de ser alimentada, sustentada e educada pelos seus pais. Se o pai se recusa a assumir o filho, pode-se mover uma ação de investigação de paternidade que é movido pela criança e com sua mãe representando. Caso seja provada a paternidade, o pai é obrigado a registrar seu filho.

Antes, a filiação só era protegida em lei quando o filho era fruto do matrimônio. Com as mudanças feitas nas relações familiares pela Constituição e pelas jurisprudências dos tribunais esse conceito de filiação mudou.

---

<sup>53</sup> LUZ, Valdemar P. da. *Manual de Direito de Família*, Manole, 2009, p.5



Hoje, o reconhecimento de paternidade pode ser feito além da voluntária, de forma judicial.

O termo prova “provém do latim probatio, que significa, prova, ensaio, verificação, inspeção, exame, argumento, razão, aprovação, confirmação”.<sup>54</sup> Também pode ser ter o conceito de a “demonstração da verdade dos fatos relevantes, pertinentes e controvertidos, em que se fundamenta a ação ou a resposta. Prova não é meu: é resultado”.<sup>55</sup> Tendo o objetivo de convencer o juiz.

Segundo Arnaldo Rizzardo “a investigação de paternidade requer a produção de prova forte e indubitosa, de modo a não permitir incertezas ou insegurança, o que impõe um atilado cuidado na apuração dos fatos.”<sup>56</sup>

O filho ser reconhecido é um direito fundamental que é garantido na Constituição, então, nas ações de paternidade devem ser realizados todos os meios de provas legais, pois isso acarretará do reconhecimento de paternidade.<sup>57</sup>

Antes do exame de DNA, se confirmava ou rejeitava a paternidade por meio de presunções ou indícios. Se fosse confirmado um relacionamento amoroso, presumia a relação sexual e conseqüentemente a paternidade. No entanto, no decorrer dos anos estão surgindo exames de sangue que são feitos em laboratório, que servem como método de exclusão.<sup>58</sup>

Na ação de investigação, não deverá apenas esgotar os meios probatórios, além disso a prova deverá ser segura e inconteste, dado que “se é desumano não ter o filho, direito à paternidade, injusto também é a declaração de filiação inexistente”.<sup>59</sup>

Está previsto no ordenamento jurídico várias provas normativas que tem como meta solucionar todas as dúvidas em relação a paternidade. Destaca-se a prova documental, prova testemunhal, depoimento pessoal, as presunções, a confissão e os indícios. Conforme consta no art. 212 do Código Civil:

---

<sup>54</sup> SIMAS, Fernando Filho. *A prova na investigação de paternidade*. Curitiba: Jurua, 2001, 7 ed., p. 85.

<sup>55</sup> SIMAS, Fernando Filho. *A prova na investigação de paternidade*. Curitiba: Jurua, 2001, 7 ed., p. 85.

<sup>56</sup> RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de Família*. 8 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 404.

<sup>57</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. *Escritos de Direito de Família*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

<sup>58</sup> ALMEIDA, Maria Christina de. *Investigação de Paternidade e DNA: aspectos polêmicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 58.

<sup>59</sup> SIMAS, Fernando Filho. *A prova na investigação de paternidade*. Curitiba: Jurua, 2001, 7 ed., p. 89.

Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

- I - confissão;
- II - documento;
- III - testemunha;
- IV - presunção;
- V - perícia.

Se tratando de investigação de paternidade, a prova pericial, especialmente o exame de DNA, se destacam das outras provas, pois é dada a certeza da paternidade.<sup>60</sup>

O meio mais adequado é o científico dado que o objeto da ação de investigação de paternidade é o vínculo biológico que poderá ser provado geneticamente. Segundo Maria Berenice Dias:

(...) a evolução científica veio revolucionar o reconhecimento da relação parental através de técnicas sofisticadas e métodos cada vez mais seguros de identificação dos indicadores genéticos, tornando-os meio probatório por excelência.<sup>61</sup>

O exame de DNA pode ser feita em conjunto com outros meios de provas. Porém, como a credibilidade desse exame é grande, tem a probabilidade de acerto de 99,999%, pode-se encerrar a instrução processual. “O DNA situa-se no núcleo de todas as células do corpo humano, apresentando semelhanças típicas entre pessoas biologicamente relacionadas.”<sup>62</sup> Então uma parte do DNA veio do pai e outra da mãe.

Este exame é considerado pela maioria dos doutrinadores como o exclusivo meio de prova para ser confirmar a verdadeira paternidade. Segundo Maria Christina de Almeida:

---

<sup>60</sup> NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Vol. 5, p. 297-8.

<sup>61</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias, 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 423.

<sup>62</sup> ALMEIDA, Maria Christina de. DNA e estado de filiação à luz da dignidade humana. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 89

O DNA foi interpretado como um fim de um enigma. O que antes era deduzido por força de lei (paternidade oriunda do casamento), ou por declaração judicial baseada em provas indiciárias (paternidade declarada pelo juiz, fruto de seu estado subjetivo de convicção, uma certeza moral e relativa), passou a ser baseada em um dado objetivo, inspirado na força da perícia genética.<sup>63</sup>

A Lei n.º 12.004, de 29 de julho de 2009, regula que presume-se a paternidade nos casos de recusa em fazer o exame de DNA. Pelo fato de ser uma prova quase absoluta, o doutrinador Cristiano Chaves apoia que mesmo que o pedido de exame de DNA não seja solicitado pelas partes, ele deve ser realizado, independente da fase que o processo se encontra.<sup>64</sup>

No entanto esse meio de prova ainda tem se revelado inacessível, pois tem um elevado custo. E também depende da colaboração das partes para realizar o exame. Porém, por causa da importância que foi atribuída ao exame de DNA, a Lei n.º 1.060/50 foi alterada pela Lei n.º 10.317/01, que os necessitados serão beneficiados da justiça gratuita, sendo concedido a gratuidade do exame de DNA quando for solicitado pelo juiz na ação de investigação de paternidade.<sup>65</sup> Como também a Lei n.º 8.560/92 que trata da investigação de paternidade dos filhos concebidos fora do casamento, foi alterada pela Lei nº 12.004, presumindo a paternidade caso o supositivo pai se recusa se submeter ao exame. Trata-se da presunção *juris tantum* de paternidade, conforme Súmula 301 do STJ: “em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade.”<sup>66</sup>

Quando falamos de investigação de paternidade, para que não seja cometido nenhum injustiça, é indispensável a prova pericial. Assim, ao se julgar essa ação, o juiz deverá aplicar a lei ao concreto.

Assim, caso essas decisões falharem, acarretará resultados negativos ilimitados para o sentimental das partes e claro aos direitos, pois é tirado o direito de quem realmente é titular dele. O filho não receberia os alimentos que lhe são

<sup>63</sup> ALMEIDA, Maria Christina de. *Investigação de paternidade e DNA: aspectos polêmicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 143.

<sup>64</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. *Escritos de Direito de Família*. Rio de Janeiro: 2007.

<sup>65</sup> CHAMELETE NETO, Alberto. *Investigação de Paternidade & DNA*. Curitiba: Juruá, 2002.

<sup>66</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 301. Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade. *In*: Súmulas. Segunda Seção, julgado em 18/10/2014, DJ 22/11/2014 p. 425.

essenciais para sobreviver ou então também perderia o direito de herança em se tratar de direitos sucessórios.

Diante disso, o exame de DNA é muito importante e por essa importância não existe dúvida que há a possibilidade da relativização nas ações de investigação de paternidade.

## **2.2 A Relativização da Coisa Julgada**

As condutas humanas são regidas pelas normas jurídicas. Porém, não é qualquer norma que tem o poder para isso, pois uma norma jurídica só é válida se tiver outra norma superior a ela e atribua eficácia.

Para Hans Kelsen em sua Teoria Pura do Direito explica: “o fundamento de validade de uma norma apenas pode ser a validade de outra norma. Uma norma que representa o fundamento de validade de uma outra norma é figurativamente designada como norma superior, por confronto com uma norma que é, em relação a ela, a norma inferior<sup>67</sup>.”

O ordenamento jurídico é formado por várias normas, segundo Norberto Bobbio. Deve ser estabelecido entre todas as normas três características, a unidade, a coerência<sup>68</sup>. Para ele, a complexidade do ordenamento jurídico está combinado com a abundância das fontes que criam as regras de conduta, no entanto não é excluído a unidade por conta do dever de se ter algo único, pois as normas surgem de uma fonte unitária. Com base em Kelsen, Bobbio fala que entre as normas existe uma hierarquia, que as normas inferiores vão depender das superiores para existir conforme o ordenamento jurídico<sup>69</sup>.

É estabelecido entre as normas uma estrutura hierárquica pela existência de normas inferiores e superiores, deve-se haver um sistema, em que os entes tem que seguir uma ordem essencial, e para que o sistema funcione de uma forma acertada, é razoável que exista coerência entre si todas as normas que constituem o

---

<sup>67</sup>KELSEN, Hans. A teoria pura do direito. 1999. Editora Martins Fontes - p. 135.

<sup>68</sup>BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 10 ed. Brasília; Universidade de Brasília, 1999. p. 34.

<sup>69</sup>BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 10 ed. Brasília; Universidade de Brasília, 1999. p. 34.

ordenamento jurídico sempre seguindo a maior de todas as normas, a Constituição Federal de 1988 no Brasil<sup>70</sup>.

Para ser um ordenamento completo quando o juiz encontra uma maneira dentro do ordenamento jurídico quando em uma situação não existe uma lei específica a ser aplicada. Isso chama-se completude, que segundo Bobbio a 32 imposição que todo ordenamento jurídico deve ter para o seu correto funcionamento e, para que possa ser aplicada a completude, deve o sistema ser completo.

Para a relativização da coisa julgada, os doutrinadores invocam o princípio da proporcionalidade. Nesse sentido, Maria Berenice dispõe: “entre a segurança social que a coisa julgada empresta e ao direito fundamental à identidade do indivíduo, é imperativo invocar o princípio da proporcionalidade”.<sup>71</sup> E assim avaliando o que se dispõe de mais valia.

Com o objetivo de alcançar a verdade real e não somente a ficta, há a possibilidade que relativize a coisa julgada. Por um lado crítico, Humberto Theodoro relata:

Na realidade, porém, ao instituir a coisa julgada, o legislador não tem nenhuma preocupação de valorar a sentença diante dos fatos (verdade) ou dos direitos (justiça). Impele-o tão somente uma exigência de ordem prática, quase banal, mas imperiosa, de não mais permitir que se volte a discutir acerca das questões já soberanamente decididas pelo Poder Judiciário. Apenas a preocupação de segurança nas relações jurídicas e de paz na convivência social é que explicam a res iudicata.<sup>72</sup>

Objetivando que o estado seja garantidor dos direitos, o nosso ordenamento considera as normas fundamentais como sublime. Nesse sentido, “não se pode supervalorizar as regras formais, criando obstáculos intransponíveis

---

<sup>70</sup>BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 10 ed. Brasília; Universidade de Brasília, 1999. p. 34.

<sup>71</sup>DIAS, Maria Berenice. Conversando sobre o direito das famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado LTDA – 2004. p. 115.

<sup>72</sup>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 561

para atingir a justiça, meta programática da Constituição Federal, insculpida no preâmbulo da Carta Magna”.<sup>73</sup>

Ainda que que coisa julgada esteja previsto na constituição, ela deverá ser relativizada quanto à necessidade de se proteger a família, o estado de filiação, o convívio familiar e principalmente ao princípio da dignidade da pessoa humana.<sup>74</sup> Assim, “não se pode impedir o livre acesso à justiça para o reconhecimento da filiação, pois se trata de um direito fundamental à identidade”.<sup>75</sup>

Em relação ao direito de família, especialmente ao que se refere à investigação de paternidade, o instituto da coisa julgada vive um momento de reflexão, visto estar-se frente a um direito natural e constitucional de personalidade, que faz parte do princípio da dignidade humana.<sup>76</sup>

Nos dias de hoje, como é possível a realização do exame de DNA que o resultado é quase absoluta, tem surgido uma discussão na doutrina sobre a possibilidade de se admitir a relativização do instituto jurídico da coisa julgada.

Saber se poderia haver a revisão daqueles casos que já transitaram em julgado, antes de ser possível o teste de DNA. Há quem concordo e aqueles que não admitem. Mas essa relativização da coisa julgada tem que se aplicada com muito cuidado, em situações excepcionais, para não colocar em risco a estabilidade e a segurança jurídica das decisões judiciais.

Para Maria Berenice a supremacia dos princípios constitucionais ocasionou uma das maiores revoluções já ocorridas na ciência processual. O prestígio dado à verdade real, como um dos corolários do direito à identidade, ensejou o fenômeno que passou a se chamar de relativização da coisa julgada. Diante da possibilidade de descoberta da verdade biológica pelo exame de DNA, acabou a jurisprudência por admitir o retorno do filho a juízo, sempre que o resultado de improcedência da demanda tinha por justificativa a ausência de prova da paternidade: ou por não ter sido realizado exame pericial ou quando o índice de

---

<sup>73</sup> PORTO, Éderson Garin. *Tendências Constitucionais no Direito de Família: estudos em homenagem ao Prof. José Carlos Teixeira Giorgis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado – 2003, p. 96.

<sup>74</sup> DIAS, Maria Berenice. *Conversando sobre o direito das famílias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado LTDA, 2004.

<sup>75</sup> DIAS, Maria Berenice. *Conversando sobre o direito das famílias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado LTDA, 2004, p. 115.

<sup>76</sup> WELTER, Belmiro Pedro. *Direito de Família: Questões Controvertidas*. Porto Alegre: Síntese, 2000, p. 61.

certeza não tinha alcançado resultado significativo. Também quando a ação havia sido julgada procedente, sem a prova pericial ou quando esta ainda dispunha de acanhado grau de certeza, o pai assim declarado passou a buscar a desconstituição da paternidade que lhe foi imposta por sentença.<sup>77</sup>

E Maria Christina de Almeida diz: “Há possibilidade de revisar um julgado no qual não se tenha utilizado do critério científico na apuração para torna-lo cientificamente seguro, isto porque a sentença proferida pode, ou não coincidir com verdade real, dada a sua estabilidade jurídica como fruto da persuasão íntima do julgador, e não uma convicção científica.”<sup>78</sup>

As sentenças transitadas em julgado são consideradas definitivas, existe a possibilidade das sentenças serem reanalisadas por meio da ação rescisória, casos que estão previstos nas hipóteses descritas no art. 485 do Código de Processo Civil.<sup>79</sup> Chama-se de relativização da coisa julgada prevista na legislação.

Para Maria Cristina de Almeida não poderá ser descartada a possibilidade da relativização da coisa julgada, dado que com o surgimento do DNA, tornou-se possível a verificação da filiação biológica nas ações de investigação de paternidade. Refere ser uma verdadeira insegurança jurídica a decisão proferida

---

<sup>77</sup> Ibidem, p.413.

<sup>78</sup> ALMEIDA, Maria Christina de, *DNA e Estado de Filiação a Luz da Dignidade Humana*. Livraria do Advogado Editora, 2003, p. 98-99.

<sup>79</sup> BRASIL. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV - ofender a coisa julgada;

V - violar literal disposição de lei;

VI - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;

VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença;

IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa;

§ 1º Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido.

§ 2º É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869compilada.htm)>. Acesso em 19 set.2014.

sem embasamento científico, sendo preciso repensar a aplicação do instituto da coisa julgada para que o direito não se desencontre da justiça.<sup>80</sup>

A doutrina de Luiz Guilherme Marinoni trata da relativização de uma forma bastante crítica. Critica a tese de que “a simples afirmação de que o Poder Judiciário não pode emitir decisões contrárias à justiça, à realidade dos fatos e à lei, possa ser vista como um adequado fundamento” para se “relativizar” a coisa julgada material, aduzindo que o “próprio sistema parte da ideia de que o juiz deve decidir” de modo correto e justo, porém, “não ignora – nem poderia” ignorar que o sistema pode falhar, “tanto é que prevê a ação rescisória, (...) em casos tipificados pela lei.”<sup>81</sup>

Os doutrinadores que acreditam na relativização da coisa julgada não admitem que a filiação seja prevalecida pela coisa julgada. Acreditam que não se pode deixar a verdade formal ser maior que a verdade real.

### **2.3 Limites da relativização da coisa julgada**

Conforme já examinado em tópico pertinente, imperioso dizer que há balizada doutrina que entende ser possível a relativização da coisa julgada. Contudo, tal relativização deve se dar de acordo com alguns critérios ou limites.

Vale dizer, segundo aqueles que a admitem, que esta somente seria cabível em casos excepcionálíssimos. Isso porque não seria razoável admitir que determinadas sentenças permanecessem imutáveis mesmo diante de uma imperatividade impossível.<sup>82</sup>

Com efeito, cumpre destacar que não possuem imunidade decisões que seu resultado seria materialmente impossível ou as que por colidirem com determinados valores éticos, humanos, sociais ou políticos, que possuem proteção constitucional, carecessem de possibilidade jurídico-constitucional.<sup>83</sup>

Dessa forma, segundo José Carlos Barbosa Moreira, uma decisão uma decisão injusta ou inconstitucional não poderia se cristalizar. Afirma, ainda, o referido

---

<sup>80</sup> ALMEIDA, Maria Christina de. *Investigação de Paternidade e DNA: aspectos polêmicos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 58.

<sup>81</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil*. v. 2. *Processo de Conhecimento* 7. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 2., p. 679.

<sup>82</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 314.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 315.



autor que nesses casos, não há que se falar em coisa julgada material, sendo possível a sua revisão a qualquer tempo.<sup>84</sup>

Importante ressaltar que o doutrinador Cândido Dinamarco sustenta que seria impossível a relativização: se a decisão se coadunasse com as máximas da proporcionalidade, razoabilidade, moralidade administrativa; quando cristalizar a condenação do Estado ao pagamento de valores “justos” a título de indenização por expropriação imobiliária; e em casos em que não sejam ofendidos a cidadania e os direitos do homem, bem como não violar a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.<sup>85</sup>

Sem desconsiderar a necessidade da existência da *res judicatae*, sustenta ainda o referido doutrinador que não poderiam ficar imunizadas as decisões que configurem afronta à Constituição, sob pena de se institucionalizar uma “coisa julgada inconstitucional”. Assim, no intuito de evitar a “perenização de inconstitucionalidades”, a autoridade do julgado merece ser mitigada.<sup>86</sup>

Em defesa da possibilidade de relativização da coisa julgada em ações de investigação de paternidade, dado que a coisa julgada não pode ser vista de forma estanque, mormente quando em desprestígio aos direitos, constitucionalmente consagrados, de filiação e de conhecimento da identidade genética e da ancestralidade, vale invocar a lição de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal:

Induvidoso, no entanto, que o sistema da coisa julgada do Código de Processo Civil, alçado a altitude de garantia constitucional (CF, art. 5º, XXXVI), não pode ter guarida nas ações filiatórias, dentre elas a investigatória de parentalidade, sendo necessário afirmar o desenho de um novo modelo de coisa julgada para regular tais demandas. Importante destacar que esse novo sistema de regramento da coisa julgada independe de expressa previsão de lei, podendo ser aplicado aos casos concretos, a partir das concepções e princípios constitucionais, visando promover a **dignidade da pessoa humana** e a isonomia substancial, determinadas constitucionalmente.[...] **Não se pode canonizar o instituto da coisa julgada, de modo a afrontar a própria sociedade e o ser humano. Deve se ponderar pelo princípio da proporcionalidade qual dos interesses**

<sup>84</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Considerações sobre a chamada relativização da coisa julgada material*. 2. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2006, p. 199.

<sup>85</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. *Relativizar a coisa julgada material*. São Paulo: RT, 2003, p. 24-25.

<sup>86</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 315.

**deve prevalecer no caso concreto: mais vale a segurança ou a justiça. E afigura-se-nos mais relevante prevalecer o valor justiça, pois sem ela não ha liberdade qualquer.[grifo nosso]<sup>87</sup>**

Inferre-se do trecho antes citado que os referidos doutrinadores entendem que o limite para a coisa julgada, sobretudo em se tratando de ações de investigação de paternidade que é a noção de justiça que, nesses casos, não poderia, possui mais importância, em razão do seu caráter social, do que a segurança jurídica.

Ainda em defesa da possibilidade de relativização da coisa julgada em ações de investigação de paternidade, vale transcrever a seguinte conclusão:

No entanto a idéia de que a sentença que julga improcedente o pedido de reconhecimento faz coisa julgada somente formal mostra-se coerente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando esta lei atribui ao reconhecimento da filiação o caráter de direito personalíssimo e imprescritível, que pode ser vindicado sem restrições. Se considerarmos que o Estatuto da Criança e do Adolescente atribui eficácia de coisa julgada somente formal à sentença que não reconhece a paternidade, a questão sempre pode ser enfrentada, mais uma vez, perante os Tribunais.<sup>88</sup>

Diante dos trechos citados, percebe-se que a questão principiológica envolvendo direitos e garantias fundamentais que envolve a investigação de paternidade ganha destaque.

Isso porque, segundo tais doutrinadores, o direito ao reconhecimento da paternidade é um direito que não apenas pode como deve ser exercido a qualquer momento, dado que se trata de um direito de cunho personalíssimo. Destaca-se, ainda, que, em reverência ao princípio da dignidade da pessoa humana, não seria coerente retirar tal expectativa em razão da uma questão processual.

Por derradeiro, imperioso citar os ensinamentos de José Carlos Barbosa Moreira que excetuou a relativização da coisa julgada em causas que versavam

---

<sup>87</sup> DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. *Direitos das Famílias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 573.

<sup>88</sup> DA SILVA, Regina Beatriz Tavares. *Reflexões sobre o reconhecimento da filiação extramatrimonial*. Revista de Direito Privado, n. 1, p. 71-91, jan./mar. 2000. Extraído do RE n.363.889/STF.

sobre investigação de paternidade, tendo em vista o advento de novas técnicas científicas capazes de conceder mais certeza nas decisões:

Voltemos ao processo civil. Até aqui, cuidamos do assunto em perspectiva 'de lege lata'. Estamos convencidos de que não se compadece com o ordenamento positivo o aumento da dose de 'relativização' da coisa julgada material que ele próprio já consagra. Não somos infensos, porém, à proposta de que tal dose, 'de lege ferenda', seja elevada em alguns casos. O mais importante, ao menos do ponto de vista prático, é o da descoberta científica suscetível de demonstrar a erronia da solução dada anteriormente ao litígio, em época na qual não era possível contar com determinada prova. Para a hipótese do exame de DNA, como registrado, a jurisprudência já vem atenuando, por via interpretativa, o rigor do texto do Código (art. 485, VII), para admitir a rescisória com fundamento no laudo pericial, incluído no conceito de 'documento novo'. O socorro hermenêutico tem, contudo, alcance limitado: não serve para o caso de já haver decorrido o biênio decadencial (art. 495) quando da realização do exame. Atentos à relevância da matéria, julgamos conveniente modificar aí a disciplina, não para abolir o pressuposto temporal - pois, com a ressalva que se fará adiante, relutamos em deixar a coisa julgada, indefinidamente, à mercê de impugnações -, mas para fixar o termo inicial do prazo no dia em que o interessado obtém o laudo, em vez do trânsito em julgado da sentença rescindenda.[grifo nosso]<sup>89</sup>

Vale ressaltar, que o posicionamento jurisprudencial em favor dessa possibilidade será demonstrado no Capítulo 3 desse trabalho.

Noutro giro, privilegiando o princípio da segurança jurídica, Fredie Didier Jr., suscita que “não podemos compactuar com a ideia de uma ‘cláusula aberta de revisão de sentenças’ em razão de injustiça/desproporcionalidade/inconstitucionalidade.”<sup>90</sup> O referido doutrinador, a fim de fundamentar tal posicionamento elenca alguns motivos.

Inicialmente, sustenta que o processo jurisdicional é método de construção da norma jurídica individualizada e essa norma seria produto de um procedimento no qual permitiu o contraditório. Assim, a decisão produz consequências futuras, permitindo ou impedindo outras possibilidades que sem ela não existiriam.

<sup>89</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Considerações Sobre a Chamada "Relativização" da Coisa Julgada Material*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2005, p. 61.

<sup>90</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2014, p. 454.

Prosseguindo, assevera que a coisa julgada é uma qualidade jurídica específica do ato jurisdicional, pois é a única decisão apta a ficar imune. Assim, os atos jurisdicionais somente poderiam ser revistos pelo próprio Poder Judiciário dentro das formas de impugnação já previstas. Diz, ainda, que somente assim se evita a perpetuação da insegurança jurídica, configurando como uma garantia do cidadão.

Ainda à luz da segurança jurídica, Fredie Didier aduz que permitir a revisão da coisa julgada por um critério atípico seria perigosíssimo. Segundo ele, os adeptos dessa possibilidade ignoram o fato de que o resultado do processo é incerto e permitir a rediscussão da coisa julgada pela simples alegação de injustiça/desproporcionalidade/ inconstitucionalidade seria uma conduta desarrazoada, vez que se desconsideraria anos de conquistas na história processual. Significaria franquear-se ao Judiciário uma “cláusula geral de revisão da coisa julgada”, que poderia dar possibilidade às mais diversas interpretações.

Por derradeiro, sustenta que não se poderia autorizar a teorização de um absurdo. Isso porque, a relativização surgiu da necessidade de revisão de algumas decisões marcadas especificamente pela desproporcionalidade. Nesse caso, entende o autor que não seria justo teorizar uma questão tão pontual e específica.<sup>91</sup>

Assim, conclui dizendo que a coisa julgada é, de fato, uma conquista e permitir a sua relativização seria exterminar a segurança que ela confere. Todavia, pondera que poderia se rediscutir as hipóteses de cabimento de ação rescisória, notadamente em razão das inovações científicas.<sup>92</sup>

De encontro àqueles que entendem que o limite da coisa julgada seria o caráter de justiça da decisão, Nelson Nery aduz que:

**O sistema jurídico convive com a sentença injusta** (quem será o juiz posterior da justiça da sentença que fora impugnável por recurso e, depois de transitada em julgado, fora impugnável por ação rescisória?), bem como com a sentença proferida aparentemente contra a Constituição ou a lei (a norma que é abstrata, deve ceder sempre à sentença, que regula e dirige uma situação concreta). O risco político de haver sentença injusta ou

<sup>91</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2014, p. 451-454.

<sup>92</sup> DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2014, p. 455-456.

inconstitucional no caso concreto parece ser menos grave do que o risco político de instaurar-se a insegurança geral com a relativização (rectius : desconsideração) da coisa julgada: "No entanto, parece pouco provável que as vantagens da justiça do caso concreto se sobreponham às desvantagens da insegurança geral". [...] **A doutrina já discutiu à exaustão a questão da validade e eficácia da sentença de mérito transitada em julgado em face de seu conteúdo intrínseco, se justo ou injusto, se constitucional ou legal, se inconstitucional ou ilegal.** Os constitucionalistas, processualistas e civilistas debateram a matéria e, depois de o questionamento evoluir durante mais de século, **a conclusão a que se chegou - e hoje se encontra praticamente extrafocada na doutrina mundial, isto é, não mais suscetível de discussão - é a de que a coisa julgada material tem força criadora, tornando imutável e indiscutível a matéria por ela acobertada, independentemente da constitucionalidade, legalidade ou justiça do conteúdo intrínseco dessa mesma sentença.** Eventuais vícios de validade e de eficácia devem ser discutidos em recurso ou, posteriormente, em ação autônoma de impugnação (v.g., ação rescisória: CPC 485; embargos do devedor: CPC 741 e 745). [...] O processo é instrumento da democracia e não o seu algoz."<sup>93</sup> [grifo nosso]

De acordo com o mencionado autor, a coisa julgada possui um caráter absoluto, não havendo que se falar em decisão injusta ou inconstitucional que pudesse acarretar a sua relativização.

Observa-se que os defensores da segurança jurídica igualmente se apoiam em princípios e direitos constitucionais em defesa de suas teses, sendo que o mesmo se aplica à questão da investigação de paternidade.

Em relação ao tema, aduzem que outros valores além da segurança jurídica devem ser privilegiados como, por exemplo, a questão da socioafetividade que deveriam vigor em detrimento a ausência ou não de vínculo biológico.<sup>94</sup>

Conforme já ressaltado, a visão jurisprudencial que segue esse posicionamento notadamente em relação à investigação de paternidade será explicitada no Capítulo 3 da presente obra.

Inferre-se do quanto exposto que a doutrina pátria diverge em relação aos limites para a relativização da coisa julgada, gerando verdadeira dicotomia.

Os defensores da relativização, em linhas gerais, a admitem de acordo com a gravidade do vício que macula a sentença transitada em julgado como, por

<sup>93</sup> NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, ps. 60-67.

<sup>94</sup> STJ. REsp 1375644/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 02/06/2014.

exemplo, casos em que incorreram em inequívoca inconstitucionalidade que provocam, por conseguinte, decisões injustas.

Em sentido diametralmente oposto, os que advogam pela impossibilidade de modificação da coisa julgada sustentam, em síntese, que o princípio da segurança jurídica não admite relativizações, vez que é justamente a sua existência que viabiliza a concretização da justiça.

### 3. ANÁLISE JURISPRUDÊNCIAL DA RELATIVIZAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO DA COISA JULGADA

Superada a análise acerca dos direitos fundamentais, da coisa julgada e a possibilidade de sua relativização em relação às ações de investigação de paternidade, cumpre, por oportuno, expor a divergência jurisprudencial relativa ao tema. Para ilustrar o mencionado dissenso, analisar-se-ão alguns julgados os quais permitirão, igualmente, extrair a evolução da abordagem dada à matéria.

#### 3.1 Entendimento jurisprudencial favorável à relativização da coisa julgada

Cumprido neste momento relacionar e analisar precedentes em que a questão da coisa julgada foi apreciada no sentido de permitir a sua mitigação em casos de investigação de paternidade, notadamente quando em conflito com normas de igual hierarquia como os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Inicialmente, vale mencionar a seguinte ementa de julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. REPETIÇÃO DE AÇÃO ANTERIORMENTE AJUIZADA, QUE TEVE SEU PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE POR FALTA DE PROVAS. COISA JULGADA. MITIGAÇÃO. DOUTRINA. PRECEDENTES. DIREITO DE FAMÍLIA. EVOLUÇÃO. RECURSO ACOLHIDO.

I – Não excluída expressamente a paternidade do investigado na primitiva ação de investigação de paternidade, diante da precariedade da prova e da ausência de indícios suficientes a caracterizar tanto a paternidade como a sua negativa, e considerando que, quando do ajuizamento da primeira ação, o exame pelo DNA ainda não era disponível e nem havia notoriedade a seu respeito, **admite-se o ajuizamento de ação investigatória, ainda que tenha sido aforada uma anterior com sentença julgando improcedente o pedido.** II – Nos termos da orientação da Turma, "sempre recomendável a realização de perícia para investigação genética (HLA e DNA), porque permite ao julgador um juízo de fortíssima probabilidade, senão de certeza" na composição do conflito. Ademais, o progresso da ciência jurídica, em matéria de prova, está na substituição da verdade ficta pela verdade real. III – **A coisa julgada, em se tratando de ações de estado, como no caso de investigação de paternidade, deve ser interpretada modus in rebus.**

Nas palavras de respeitável e avançada doutrina, quando estudiosos hoje se aprofundam no reestudo do instituto, na busca sobretudo da realização do processo justo, "a coisa julgada existe como criação necessária à segurança prática das relações jurídicas e as dificuldades que se opõem à sua ruptura se explicam pela mesmíssima razão. Não se pode olvidar,

todavia, que numa sociedade de homens livres, a Justiça tem de estar acima da segurança, porque sem Justiça não há liberdade".

IV – Este Tribunal tem buscado, em sua jurisprudência, firmar posições que atendam aos fins sociais do processo e às exigências do bem comum. [grifo nosso]<sup>95</sup>

Da leitura do voto do ministro relator, pode-se extrair que a coisa julgada pode ser relativizada diante de determinados motivos e de acordo com o caso concreto.

A uma porque, quando determinada ação de investigação de paternidade não puder ser resolvida ante a insuficiência ou precariedade de indícios e provas, justo seria a relativização da coisa julgada, vez que não houve certeza jurídica, inexistindo real decisão de mérito quanto à paternidade.

A duas porque, quando do ajuizamento da ação originária, o exame pelo DNA ainda não era disponível e nem havia notoriedade a seu respeito, sendo que este permite ao julgador um juízo de fortíssima probabilidade, senão de certeza.

A três, porque a ciência jurídica se pauta na busca da verdade real e, com isso, não pode descartar o progresso da ciência..<sup>96</sup>

Ademais, ponderou o relator que a sentença de improcedência por insuficiência de provas não produz coisa julgada material, vez que não foi possível o exame do mérito da ação à luz dos artigos 1º, II e III e 227, ambos da Constituição

<sup>95</sup> STJ. REsp 226.436/PR, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2001, DJ 04/02/2002, p. 370.

<sup>96</sup> Para fundamentar esse aspecto, o relator suscitou a doutrina de Belmiro Pedro Welter, em artigo intitulado *Coisa Julgada na Investigação de Paternidade* em que o referido doutrinador em que asseverou que: "Dessa forma, de nada adiante canonizar-se o instituto da coisa julgada em detrimento da paz social, já que a paternidade biológica não é interesse apenas do investigador ou investigado, mas de toda a sociedade, e não existe tranquilidade social com a imutabilidade da coisa julgada da mentira, do engodo, da falsidade do registro público, na medida em que a paternidade biológica é direito natural, constitucional, irrenunciável, imprescritível, indisponível, inegociável, impenhorável, personalíssimo, indeclinável, absoluto, vitalício, indispensável, oponível contra todos, intransmissível, constituído de manifesto interesse público e essencial ao ser humano, genuíno princípio da dignidade humana, elevado à categoria de fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º, II) E esse direito natural e constitucional de personalidade não pode ser afastado nem pelo Poder Judiciário, nem pela sociedade e nem pelo Estado, porque, parafraseando Humberto Theodoro Júnior, se queremos uma sociedade de pessoas livres, não se pode colocar a segurança da coisa julgada acima da justiça e da liberdade, porque um povo sem liberdade e sem justiça é um povo escravo, devendo ser entendido que 'mudou a época, mudaram os costumes, transformo-se o tempo, redefinindo valores e conceituando o contexto familiar de forma mais ampla que, com clarividência, pôs o constituinte de modo o mais abrangente, no texto da nova Carta. E esse novo tempo não deve o Poder Judiciário, ao qual incumbe a composição dos litígios com olhos na realização da justiça, limitar-se à aceitação de conceitos pretéritos que não se ajustem à modernidade".



Federal, bem como dos artigos 130 e 485, incisos V, VI ou VII, do CPC. Portanto, seria possível o ajuizamento de nova ação ou mesmo de ação rescisória de ainda não prescrito o prazo.

Por fim, aduz que as normas legais, em atrito com a evolução social e científica, não podem prevalecer a ponto de levar o Judiciário manter-se impotente em face de uma realidade. Ou seja, tais normas devem ser entendidas levando-se em conta o contexto em que inseridas e considerando os valores tidos como válidos em determinado momento histórico.

Ainda nesse sentido, porém sob outra ótica, confira-se o seguinte arresto também emanado do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PEDIDO EM AÇÃO ANTERIOR JULGADO IMPROCEDENTE. FALTA DE PROVAS. SENTENÇA REFORMADA POR MAIORIA. RECONHECIMENTO COISA JULGADA. EMBARGOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. RENOVAÇÃO DA AÇÃO. POSSIBILIDADE. EXAME DE DNA.

1. Não são cabíveis embargos infringentes contra acórdão que, por maioria, reforma sentença de mérito, reconhecendo a existência de coisa julgada, o que ensejou a extinção do processo sem exame do mérito. Precedentes. 2. **Não implica ofensa à coisa julgada material o ajuizamento de nova ação para investigar a paternidade mediante a utilização de exame de DNA, nas hipóteses em que a ação anterior teve o pedido julgado improcedente por falta ou insuficiência de provas, sem que tenha sido excluída a possibilidade de existência de vínculo genético.** Precedentes deste Tribunal e do STF (RE 363.889/DF). 3. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido.<sup>97</sup>(grifo nosso).

No julgado ora em análise, pretendeu o recorrente o afastamento da coisa julgada nos casos em que a ação de investigação de paternidade anteriormente ajuizada tiver sido julgado improcedente por falta ou insuficiência de provas, privilegiando-se o reconhecimento da filiação, em razão de se tratar de direito de personalidade fundamentado no princípio da dignidade de pessoa humana.

Ponderou o relator que, inobstante o entendimento da 2ª Seção do STJ se posicionar no sentido de que, em respeito à coisa julgada e em observância ao princípio da segurança jurídica, não se permite o ajuizamento de nova ação de investigação de paternidade apenas em razão da descoberta e disseminação de

<sup>97</sup> STJ. REsp 1223610/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 07/03/2013.

modernos métodos científicos capazes de determinar a ascendência genética com elevada precisão, seria admitida a hipótese de propositura de nova ação de investigação de paternidade, nas hipóteses em que o pedido foi julgado improcedente por falta de prova.

Por pertinente, cabe transcrição do voto do ministro relator em que aborda de forma detida a questão referente ao princípio da proporcionalidade:

[...] Não tenho dúvida alguma, portanto, de que a improcedência do pedido na ação anterior não decorreu da exclusão da paternidade por prova pericial, mas da insuficiência da prova testemunhal para o reconhecimento ou a exclusão da paternidade, sendo certo que, a despeito das divergências quanto à valoração atribuída à conduta da mãe da autora da ação, foi tida por incontroversa a existência de relações sexuais entre ela o suposto pai, motivo pelo qual a paternidade não foi cabalmente descartada naquele feito. Diante disso, na linha da jurisprudência hoje consolidada, não se pode impedir o ajuizamento de nova ação destinada a garantir o direito fundamental da autora de investigar a sua ascendência genética, mediante a utilização do exame de DNA, que fornece elementos de convicção quase absolutos do vínculo de parentesco. No caso em exame, o laudo foi realizado e indicou índice de paternidade de 99,93% (fl. 623). [...]

Diante de inúmeros incidentes sobre a possibilidade ou não da relativização da coisa julgada, o Supremo Tribunal Federal, em razão do inegável cunho constitucional que reveste a matéria, reconheceu a repercussão geral da questão, posicionando-se da seguinte forma:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE DECLARADA EXTINTA, COM FUNDAMENTO EM COISA JULGADA, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE ANTERIOR DEMANDA EM QUE NÃO FOI POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA, POR SER O AUTOR BENEFICÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA E POR NÃO TER O ESTADO PROVIDENCIADO A SUA REALIZAÇÃO. REPROPOSITURA DA AÇÃO. POSSIBILIDADE, EM RESPEITO À PREVALÊNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À BUSCA DA IDENTIDADE GENÉTICA DO SER, COMO EMANAÇÃO DE SEU DIREITO DE PERSONALIDADE. 1. É dotada de repercussão geral a matéria atinente à possibilidade da repropositura de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova. 2. Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as

partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo. 3. Não devem ser impostos óbices de natureza processual ao exercício do direito fundamental à busca da identidade genética, como natural emanção do direito de personalidade de um ser, de forma a tornar-se igualmente efetivo o direito à igualdade entre os filhos, inclusive de qualificações, bem assim o princípio da paternidade responsável. 4. Hipótese em que não há disputa de paternidade de cunho biológico, em confronto com outra, de cunho afetivo. Busca-se o reconhecimento de paternidade com relação a pessoa identificada. 5. Recursos extraordinários conhecidos e providos. [grifo nosso]<sup>98</sup>

Da leitura do voto condutor, pode-se concluir que o STF admitiu a possibilidade de repropositura de ação de investigação de paternidade, se, na primeira ação, diante da precariedade da prova ou inexistência de produção de prova pericial consistente no exame de DNA, houve julgamento de improcedência.<sup>99</sup>

Nesse contexto, a relativização da coisa julgada foi analisada com base no artigo 27 do ECA - que estabelece que o reconhecimento do estado de filiação é imprescritível -, assim e no artigo 226, § 7º, da Constituição Federal, que impõe a paternidade responsável, bem como ante o direito fundamental à filiação que, conforme o relator, trata-se de "corolário lógico de seu direito de personalidade, em discussão quando do ajuizamento de um tal tipo de demanda, de ver reconhecida a verdade sobre sua origem genética, emanção natural do estado da pessoa"<sup>100</sup>

<sup>98</sup> STF. RE 363889, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 02/06/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-238 DIVULG 15-12-2011 PUBLIC 16-12-2011.

<sup>99</sup> De modo a subsidiar o quanto defendido, novamente, as lições de Belmiro Pedro Welter foram lembradas em relação à questão ora estudada. Isso porque o relator destacou o seguinte ponto defendido pelo referido doutrinador: "[...] somente haverá coisa julgada material, nas ações de investigação e contestação de paternidade, quando tiverem sido produzidas, inclusive de ofício e sempre que possível, todas as provas, documental, testemunhal, pericial, especialmente exame genético DNA, e depoimento pessoal. [...] não faz coisa julgada material a sentença de improcedência da ação de investigação de paternidade por insuficiência de provas da paternidade biológica."

<sup>100</sup> Por oportuno, vale transcrever trecho do voto no qual o relator menciona os ensinamentos de Humberto Theodoro Jr. em relação à relativização da coisa julgada: "**O princípio da intangibilidade da coisa julgada não é absoluto**, cedendo diante de outros igualmente consagrados como o da supremacia da Constituição; A coisa julgada não pode servir de empecilho ao reconhecimento do vício grave que contamina a sentença proferida em contrariedade à Constituição. Não há uma impermeabilidade absoluta das decisões emanadas do Poder Judiciário, mormente quando violarem preceitos constitucionais; **Reconhecer-se que a intangibilidade da coisa julgada pode ser relativizada quando presente ofensa aos parâmetros da Constituição não é negar-lhe a essência, muito menos a importância do princípio da segurança jurídica**; Pensar-se um sistema para o controle da coisa julgada inconstitucional é, **ao contrário de negar, reforçar o princípio da segurança jurídica, visto não haver insegurança maior do que a instabilidade da ordem constitucional**. E permitir-se a

Assim, diante de tais razões, o referido recurso extraordinário foi provido, afastando o óbice da coisa julgada nesse caso concreto.

Ainda no mesmo sentido, vale mencionar que o STJ, acatando a reconhecida repercussão geral da questão ora em análise, perfilhou-se ao entendimento consolidado pelo STF. Por oportuno, cumpre citar o recente julgado a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. EXAME DE DNA. COISA JULGADA. MITIGAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Nas ações de estado, como as de filiação, deve-se dar prevalência ao princípio da verdade real, admitindo-se a relativização ou flexibilização da coisa julgada. 2. **O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 363.889/DF**, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, DJe de 16/12/2011, reconheceu a repercussão geral da questão e, no mérito, consolidou o entendimento de que **"deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo"**. 3. É possível, com base na Súmula nº 168/STJ, inadmitir embargos de divergência quando a jurisprudência da Corte estiver no mesmo sentido do acórdão embargado. 4. Agravo regimental não provido."[grifo nosso]<sup>101</sup>

No caso, o Ministro Relator asseverou que:

A certeza quanto à existência de uma relação jurídica de direito de família, qual seja, a paternidade biológica, ação de estado de importância inquestionável, cede lugar à segurança jurídica processual decorrente da coisa julgada material, por realizar a dignidade humana, prestigiando os direitos fundamentais de todas as pessoas envolvidas na busca da origem biológica. Aliás, a Súmula nº 149/STF considera "imprescritível a ação de investigação de paternidade", reconhecendo e assegurando o direito personalíssimo de todo ser humano à busca da verdade real, conforme constou no RE nº 248.869/SP, julgado pelo Plenário do STF.

Ressalta-se, ainda, que a relativização não se deu somente em razão da existência de ação improcedente por falta de provas suficientes, mas, também, pela

---

imunidade e a prevalência de um ato contrário aos preceitos da Constituição, é consagrar a sua instabilidade, provocando, isso sim, maior insegurança; Atos inconstitucionais são, por isso mesmo nulos e destituídos, em consequência, de qualquer carga de eficácia jurídica"<sup>100</sup>[grifo nosso]

<sup>101</sup> STJ. AgRg nos EREsp 1201791/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/11/2014, DJe 19/11/2014.

não realização, seja pela inexistência à época do exame de DNA, seja pela ineficiência estatal, de um novo meio mais seguro para se aferir a paternidade.

Destarte, conclui-se que, no referido caso concreto, novamente a coisa julgada foi relativizada no intuito de salvaguardar direitos e princípios constitucionais diversos do igualmente constitucional princípio da segurança jurídica, como, por exemplo, a dignidade da pessoa humana.

### 3.2 Entendimento desfavorável à possibilidade de relativização

Analizada a jurisprudência em favor da possibilidade de relativização da coisa julgada em ações de investigação de paternidade cabe nesse momento, a fim de explicitar a dicotomia encontrada em relação ao tema, expor o entendimento jurisprudencial que se demonstra desfavorável à possibilidade de modificação da coisa julgada.

Com efeito, veja-se o seguinte precedente emanado do Eg. STJ:

ACÇÃO DE NEGATIVA DE PATERNIDADE. EXAME PELO DNA POSTERIOR AO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. COISA JULGADA. 1. **SERIA TERRIFICANTE PARA O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO QUE FOSSE ABANDONADA A REGRA ABSOLUTA DA COISA JULGADA QUE CONFERE AO PROCESSO JUDICIAL FORÇA PARA GARANTIR A CONVIVÊNCIA SOCIAL, DIRIMINDO OS CONFLITOS EXISTENTES.** SE, FORA DOS CASOS NOS QUAIS A PRÓPRIA LEI RETIRA A FORÇA DA COISA JULGADA, PUDESSE O MAGISTRADO ABRIR AS COMPORTAS DOS FEITOS JÁ JULGADOS PARA REVER AS DECISÕES NÃO HAVERIA COMO VENCER O CAOS SOCIAL QUE SE INSTALARIA. **A REGRA DO ART. 468 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL É LIBERTADORA. ELA ASSEGURA QUE O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO COMPLETA-SE COM O ÚLTIMO JULGADO, QUE SE TORNA INATINGÍVEL, INSUSCETÍVEL DE MODIFICAÇÃO.** E A SABEDORIA DO CÓDIGO É REVELADA PELAS AMPLAS POSSIBILIDADES RECURSAIS E, ATÉ MESMO, PELA ABERTURA DA VIA RESCISÓRIA NAQUELES CASOS PRECISOS QUE ESTÃO ELENCADOS NO ART. 485. 2. **ASSIM, A EXISTÊNCIA DE UM EXAME PELO DNA POSTERIOR AO FEITO JÁ JULGADO, COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, RECONHECENDO A PATERNIDADE, NÃO TEM O CONDÃO DE REABRIR A QUESTÃO COM UMA DECLARATORIA PARA NEGAR A PATERNIDADE, SENDO CERTO QUE O JULGADO ESTÁ COBERTO PELA CERTEZA JURÍDICA**

**CONFERIDA PELA COISA JULGADA. 3. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. [grifo nosso]<sup>102</sup>**

Inobstante o precedente ter sido prolatado há mais de 15 anos, a sua argumentação perdura em julgados mais recentes, como se demonstrará mais adiante.

Pode-se inferir do mencionado julgado que a coisa julgada foi tratada como algo absoluto, imutável, a fim de conceder segurança jurídica às relações humanas.

O caso em tela tratou, na origem, de ação ordinária de negativa de paternidade na qual o Juízo *a quo* considerou que a anterior ação de investigação de paternidade, que foi julgada procedente contra o ora Recorrente, não havia considerado o moderno exame de DNA. Assim, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás relativizou a coisa julgada.

Todavia, em sede de Recurso Especial, sustentou o recorrente violação aos artigos 468 e 474, ambos do CPC, que tratam dos efeitos da coisa julgada.

Justamente em razão disso, entendeu a 3ª Turma do STJ, à unanimidade, deu provimento ao recurso asseverando que houve estrita violação à coisa julgada e que a parte contrária poderia ter feito uso dos recursos processuais disponíveis ou ajuizado ação rescisória.

Ainda no mesmo sentido do julgado anterior, porém já mais recente, cita-se o seguinte precedente:

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ASSENTO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE EM AÇÃO ANTERIOR TRANSITADA EM JULGADO, DANDO ENSEJO AO REGISTRO AGORA IMPUGNADO.** 1. Se o assento do registro civil decorre de decisão judicial transitada em julgado, **não é possível modificá-lo sem**

---

<sup>102</sup> STJ. REsp 107.248/GO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/1998, DJ 29/06/1998, p. 160.

**que aquela seja desconstituída pela via processual própria.** 2. Recurso especial não conhecido. [grifo nosso]<sup>103</sup>

O caso em tela tratou, na origem, de ação declaratória de nulidade de assento de registro de nascimento sob a alegação de que em exame posterior de DNA foi constatado que o Autor não seria pai do Réu. A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação em razão da existência da coisa julgada. No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou provimento à apelação. Por fim, no julgamento do recurso especial interposto, decidiu o STJ que pelo seu não conhecimento.

Em seu voto, o Ministro Relator assim ponderou:

[...] Não se trata de discutir se é possível rever prova ou se não pode ser feita rescisão do julgado, mas, pura e simplesmente, que **se o registro foi realizado com base em decisão transitada em julgado, não atacada por rescisória, não há como anulá-lo.** E este é o ponto central do julgado recorrido, que, a meu sentir, não merece reparo nem, tampouco, têm força suficiente para ultrapassá-lo os dispositivos de lei federal indicados como violados no especial. De fato, para que seja o registro declarado nulo, se feito em decorrência de decisão judicial, primeiro há de ser feita a desconstituição do julgado, o que, no caso, não ocorreu. Ademais, na minha compreensão, embora respeitável corrente doutrinária e jurisprudencial venha procurando tornar relativa a coisa julgada em se tratando de ações de estado, no caso, **o certo é que se está afirmada a paternidade com base nas provas então disponíveis, não é possível pretender a anulação do registro que daí decorre** [...] [grifo nosso]

Vale mencionar, em razão da importância, pois proferido pela 2ª Seção do STJ, o seguinte arresto:

PROCESSO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. **Coisa julgada decorrente de ação anterior, ajuizada mais de trinta anos antes da nova ação, esta reclamando a utilização de meios modernos de prova (exame de DNA) para apurar a paternidade alegada; preservação da coisa julgada.** Recurso especial conhecido e provido. [grifo nosso]<sup>104</sup>

Extrai-se do referido julgado que, novamente foi interposto recurso especial contra decisão que deferiu a realização de exame de DNA, rejeitado a

<sup>103</sup> STJ. REsp 435.102/MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2005, DJ 13/02/2006, p. 792.

<sup>104</sup> STJ. REsp 706.987/SP, Rel. p/ acórdão Min. ARI PARGENDLER, Segunda Seção, DJe 10.10.2008.

existência de coisa julgada. Contudo, entendeu a 2ª Seção por dar provimento ao recurso especial no sentido de enaltecer a coisa julgada.

Asseverou o ministro relator que, no caso, a declaração de improcedência não havia se dado por falta de provas à época, e, não, por ausência de provas. Dessa forma, concluiu dizendo que a parte contrária poderia ter se valido da ação rescisória.

Vale, ainda, destacar trecho proferido pelo Min. Cesar Asfor Rocha em que ressaltou a prevalência do princípio da segurança jurídica em face da coisa julgada, enfocando o surgimento de novas tecnologias como meios de prova não poderiam alterar as relações jurídicas:

Na verdade, **se formos admitir que, a cada momento em que houver, em qualquer ramo da atividade humana, um avanço tecnológico que se possa aferir o que estava sendo perquirido em uma determinada demanda que não se tenha obtido sucesso, estaríamos fragilizando esse princípio da coisa julgada, que tem por finalidade estabelecer a segurança jurídica e pacificar as relações sociais**. Ademais, também penso que não podemos exagerar na crença desses métodos científicos que são anunciados como verdades absolutas, porque, muitas vezes, depois são descredenciados por outros avanços científicos. E é muito bom que seja assim, porque é exatamente por sua insatisfação para com as conquistas tecnológicas alcançadas que o homem se volta a novos avanços. [grifo nosso]

Vê-se, portanto, que a 2ª Seção, ainda que de forma não unânime, desconsiderou a possibilidade de se relativizar a coisa julgada a fim de salvaguardar a segurança jurídica.

Novamente enfocando no mencionado princípio, confira-se o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E FAMÍLIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. IMPROCEDÊNCIA DE DEMANDA ANTERIOR. **COISA JULGADA. SUPERVENIÊNCIA DE NOVOS MEIOS DE PROVA. IRRELEVÂNCIA. PREVALÊNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA**. PRECEDENTES. 1. O Superior Tribunal de Justiça já assentou a **impossibilidade de se renovar a investigação de paternidade em virtude do advento do exame de DNA, afastando a coisa julgada formada em processo anterior, no qual não houve o**



**reconhecimento da alegada paternidade.** 2. Agravo regimental não provido. [grifo nosso]<sup>105</sup>

Igualmente no sentido de privilegiar a segurança jurídica em detrimento à relativização da coisa julgada, foram julgados os seguintes precedentes: **AgRg no REsp 1.215.172/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe de 11/03/2013; REsp 1.223.610/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª Turma, DJe de 07/03/2013; AgRg no REsp 363.558/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, 4ª T, DJe 22.02.2010; REsp 826.698/MS, Nancy Andrigli, 3ª Turma, DJe de 23/05/2008.**

Prosseguindo na análise jurisprudencial, importante mencionar o seguinte arresto:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PEDIDO EM AÇÃO ANTERIOR IMPROCEDENTE. PROVA PERICIAL REALIZADA. COISA JULGADA. RENOVAÇÃO DA AÇÃO. EXAME DE DNA. 1. Não se admite o ajuizamento de nova ação para comprovar a paternidade mediante a utilização de exame de DNA, em caso no qual o pedido anterior foi julgado improcedente com base em prova pericial produzida de acordo com a tecnologia então disponível, a qual excluiu expressamente o pretendido vínculo genético, em face da impossibilidade de duas pessoas do tipo sanguíneo "O" gerarem um filho do grupo A. **Hipótese distinta da julgada pelo STF no RE 363.889.** 2. Agravo regimental a que se nega provimento. [grifo nosso]<sup>106</sup>

O precedente antes mencionado tratou de ação investigatória de paternidade em que o recorrente pretende ser afastada a ocorrência da coisa julgada. Ressaltou o recorrente, para tanto, a decisão proferida pelo STF no RE 363.889.

Todavia, o relator considerou imperioso destacar que no caso em análise, inobstante ter se fundamentado no RE 363.889/DF, o caso em exame tratou de hipótese diversa.

<sup>105</sup> STJ. AgRg no REsp 1.236.166/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, DJe de 09/08/2012.

<sup>106</sup> STJ. AgRg no REsp 929.773/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª Turma, DJe de 04/02/2013.

Com efeito, em seu voto, o Relator aduziu que o STF permitiu a relativização em caráter excepcional e específico, ou seja, somente quando a ação investigatória antecedente tiver sido julgada improcedente por falta ou insuficiência de provas. Porém, no caso em tela, asseverou que:

Não se cuida, portanto, de hipótese análoga à decidida pelo STF no RE 363.889/DF, em que o pedido de declaração de paternidade biológica fora indeferido por falta de prova suficiente da filiação, mas não fora afirmada a impossibilidade de existência de vínculo genético. **No caso ora em exame, o vínculo genético foi excluído por sentença, transitada em julgado, baseada em prova pericial, cuja tecnologia revelou-se suficiente para determinar a inexistência de vínculo genético entre as partes.**

Como se percebe, no caso houve o esgotamento dos meios de prova então disponíveis, fato que permitiu o verdadeiro exame do mérito da questão, o que não poderia ocorrer em caso de ausência de prova.

Por fim, confira-se o seguinte precedente:

AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. RECURSO ESPECIAL. PATERNIDADE DECLARADA EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA. DESCABIMENTO. OS FUNDAMENTOS UTILIZADOS PELO STF, NO RE N. 363.889/DF, COM CARACTERÍSTICA DE REPERCUSSÃO GERAL, SÃO TODOS NO INTERESSE DAQUELE QUE PERSEGUE A DECLARAÇÃO DA PATERNIDADE, REFERINDO-SE O PRECEDENTE À IMPRESCRITIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO ESTADO DE FILIAÇÃO E À PATERNIDADE RESPONSÁVEL. PROTEÇÃO À COISA JULGADA. IMPRESCINDIBILIDADE QUE DECORRE DO PRÓPRIO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. 1. Há precedente deste Colegiado - proferido antes mesmo do leading case do STF - reconhecendo a possibilidade de repositura de ação de investigação de paternidade; caso, na primeira demanda, diante da precariedade da prova e inexistência de exame de DNA, tenha havido julgamento de improcedência. Todavia, a leitura do RE 363.889/DF, relator Ministro Dias Toffoli, permite concluir que, dentre outros fundamentos, o Supremo Tribunal Federal admitiu, em caráter excepcionalíssimo, a relativização da coisa julgada, com base no artigo 27 do ECA - que estabelece que o reconhecimento do estado de filiação é imprescritível -, assim também com arrimo no direito fundamental à filiação e no artigo 226, § 7º, da Constituição Federal, que impõe a paternidade responsável. Ficou consignado no voto condutor que, no que tange ao investigante, trata-se de "corolário lógico de seu direito de personalidade, em discussão quando do ajuizamento de um tal tipo de demanda, de ver reconhecida a verdade sobre sua origem genética, emanção natural do

estado da pessoa". 2. No caso ora em julgamento, pretende-se relativizar a coisa julgada para afastar, em ação negatória, a paternidade declarada em decisão sob o manto da coisa julgada material. Ademais, a Súmula 301/STJ orienta que, em ação investigatória, a recusa do suposto pai em submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade. 3. Recurso especial provido. (REsp 1.188.280/SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe de 16/09/2013)

Em fechamento e somente por mera argumentação, vale dizer que a mais recente decisão no âmbito do STJ<sup>107</sup> sobre a matéria até a conclusão do presente estudo foi proferida no sentido de permitir a relativização da coisa julgada, mencionando, inclusive, o precedente do STF antes citado, conforme o exposto no tópico anterior.

Dessa forma, pode-se concluir que os parâmetros atinentes à relativização da coisa julgada ainda não se encontram plenamente sedimentados, visto que a decisão nesse sentido dependerá necessariamente da análise profunda do caso concreto.

---

<sup>107</sup> STJ. AgRg nos EREsp 1201791/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/11/2014, DJe 19/11/2014.

## CONCLUSÃO

Do que se expôs, é sobremaneira simples constatar que ao longo da evolução histórica do instituto da coisa julgada, tanto a doutrina como a jurisprudência caminharam no sentido de permitir a sua relativização em determinados casos concretos de caráter excepcional, vez que não se nega a importância da existência de segurança jurídica na sociedade.

Restou demonstrado que há inequívoco confronto de princípios e garantias fundamentais quando se trata da possibilidade de relativização da coisa julgada quando se trata de ações investigatórias de paternidade. Destarte, de lado há a preocupação com a justiça das decisões e, de outro, a segurança jurídica. Do mesmo modo, há o confronto dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade com, novamente, a preocupação da segurança jurídica.

Em razão dessa dicotomia encontrada, surgiram duas correntes doutrinárias: uma em defesa da relativização e outra em defesa da imutabilidade das decisões.

A primeira sustenta sua tese inicialmente aduzindo que seria incoerente não permitir a adoção de novos métodos de investigação da paternidade somente em razão da preservação das decisões. Dessa forma, caso a investigação da paternidade não pudesse ser resolvida ante a insuficiência de provas, justo seria a sua relativização em virtude de novos meios científicos, conferindo maior certeza quanto à paternidade.

Ponderando-se os princípios constitucionais em conflito, percebe-se que a dignidade da pessoa humana deve ser preservada, conferindo à pessoa o exercício do direito de saber as suas origens, evitando-se, nas palavras de Cândido Dinamarco, a “perenização de inconstitucionalidades”.

A segunda corrente concentra seus esforços em torno do princípio da segurança jurídica. Para tanto, sustentam essencialmente que a coisa julgada possui caráter absoluto, somente sendo permitida a modificação diante dos casos legalmente previstos, como a ação rescisória.

Não permitem que a coisa julgada seja alterada diante do advento de novos métodos científicos, sob pena de comprometer a pacificação das relações sociais.

Em que pese se tratar de tema polêmico, parece-nos mais acertada a corrente que defende a relativização. Com efeito, não há falar em desrespeito à coisa julgada, mas, sim, em sua flexibilização a depender do caso concreto, tendo-se como foco a preservação do sentimento de justiça diante da possibilidade de uma apuração mais acurada da realidade.

Seria estarrecedor permitir a perpetuação de uma realidade incorreta em benefício da coisa julgada como no caso de ações de investigação de paternidade que foram julgadas improcedentes por falta de provas, em detrimento de se utilizar novos métodos mais eficazes para a aferição da paternidade como o exame de DNA.

Jamais poderia haver paz social afastando a possibilidade de se buscar a sua real origem biológica. Em verdade, possuir um direito e não exercê-lo é pior do que um não direito, vez que se torna patente o desrespeito a uma norma jurídica.

À luz do sopesamento de princípios constitucionais em jogo, que não parece razoável exigir que a vida de uma pessoa pudesse ser direcionada em virtude exclusivamente de uma formalidade processual, fato que não proporciona segurança jurídica. Ao contrário.

A pesquisa conclui que a relativização da coisa julgada em casos de investigação de paternidade, notadamente pela possibilidade de realização de exame de DNA em ações anteriormente julgadas improcedentes por insuficiência de provas, aproxima-se ao ideal de justiça incutido na Constituição Federal.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina de. Investigação de Paternidade e DNA: aspectos polêmicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

ALMEIDA, Maria Christina de, DNA e Estado de Filiação a Luz da Dignidade Humana. Livraria do Advogado Editora, 2003.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos, pp. 5-19. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 10 ed. Brasília; Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL. Constituição (1988).

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.657 de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

BRASIL. Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Art. 1609. BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 29 de set. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 301. Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade. In: Súmulas. Segunda Seção, julgado em 18/10/2014, DJ 22/11/2014.

CALDEIRA, Marcus Flávio Horta. Coisa julgada e Crítica à sua “relativização”. Brasília: Thesaurus, 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e Teoria da Constituição. 2 ed. rev. Coimbra: Livraria Almeida, 1998.

CHAMELETE NETO, Alberto. Investigação de Paternidade & DNA. Curitiba: Juruá, 2002.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Forense, 2000, v. IV.

DALLARI, Dalmo de Abreu, Direitos humanos e cidadania.

DIAS, Maria Berenice. Conversando sobre o direito das famílias. Porto Alegre: Livraria do Advogado LTDA – 2004.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias, 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DIDIER, Fredie Jr; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de direito processual civil. v. 2. Salvador: Podivm, 2007.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno e DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Curso de Direito Processual Civil. 9. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. III. 6. ed. Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Candido Rangel. Relativizar a coisa julgada material. São Paulo: RT, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves de. Escritos de Direito de Família. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direitos das Famílias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Lúmen Júris Editora. Rio de Janeiro. 2012.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de direito constitucional. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Sinopses Jurídicas: Direito de Família.v. 2. Saraiva,2003.

GONÇALVES, Carlos Alberto, Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2008.

KELSEN, Hans. A teoria pura do direito. 1999. Editora Martins Fontes.

LÔBO, Paulo, Direito Civil – Famílias, 4 ed., Saraiva, 2011.

LUZ, Valdemar P. da. Manual de Direito de Família, Manole, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil. v. 2. Processo de Conhecimento 7. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil. 7. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v. 2.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Considerações Sobre a Chamada "Relativização" da Coisa Julgada Material. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2005.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Considerações sobre a chamada relativização da coisa julgada material. 2. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2006.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Vol. 5.



NASCIMENTO, Carlos Valder do Aput Candido Rangel Dinamarco. Relativizar a coisa julgada material. Coisa julgada inconstitucional. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo na Constituição Federal. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PEIXINHO, Manoel Messias. Temas de constitucionalismo e Democracia – teoria democrática dos direitos fundamentais.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. de apud DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias, 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTO, Éderson Garin. Tendências Constitucionais no Direito de Família: estudos em homenagem ao Prof. José Carlos Teixeira Giorgis. Porto Alegre: Livraria do Advogado – 2003.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 8 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SANTOS, João Manoel de Carvalho. Código Civil Brasileiro Interpretado. 9 ed. Rio de Janeiro: Coimbra, 1963.

SILVA, Cristiane de Mello e. Direitos humanos – proteção e promoção.

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 9 ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 1992.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Reflexões sobre o reconhecimento da filiação extramatrimonial. Revista de Direito Privado, n. 1, p. 71-91, jan./mar. 2000. Extraído do RE n.363.889/STF.

SIMAS, Fernando Filho. A prova na investigação de paternidade. Curitiba: Jurúa, 2001, 7 ed.

STJ. AgRg no REsp 929.773/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª Turma, DJe de 04/02/2013

STJ. AgRg nos EREsp 1201791/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/11/2014, DJe 19/11/2014.

STJ. AgRg no REsp 1.236.166/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, DJe de 09/08/2012.

STJ. REsp 107.248/GO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/1998, DJ 29/06/1998.

STJ. REsp 226.436/PR, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2001, DJ 04/02/2002.

STF. RE 363889, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 02/06/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-238 DIVULG 15-12-2011 PUBLIC 16-12-2011.

STJ. REsp 435.102/MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2005, DJ 13/02/2006.

STJ. REsp 706.987/SP, Rel. p/ acórdão Min. ARI PARGENDLER, Segunda Seção, DJe 10.10.2008.

STJ. REsp 1223610/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 07/03/2013.

STJ. REsp 1375644/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 02/06/2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria do direito processual civil e processo de conhecimento. 44 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Comentários ao novo código civil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil.v. 1, 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. O dogma da coisa julgada: hipóteses de relativização. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

WELTER, Belmiro Pedro. Direito de Família: Questões Controvertidas. Porto Alegre: Síntese, 2000.